

MP + Cidadania



Alexandre Marcus Fonseca Tourinho

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará

José Edvaldo Pereira Sales

Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Nadilson Portilho Gomes

Coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível,
Processual e do Cidadão

Coordenadores Auxiliares:

Ângela Maria Balieiro Queiroz

Andressa Ávila Pinheiro

Louise Rejane de Araújo

Servidores:

Lorena Mendes Pacheco

Analista Jurídico

Maria Dolores Afonso Lobato da Silva

Técnica Ministerial

Estagiários:

Luiz Carlos Correa Oliveira

Gustavo Henrique Bezerra Santiago

Elizana Naara da Silva Costa

Wanderson Silva do Nascimento

ÍNDICE

Apresentação	<u>01</u>
Público	<u>03</u>
Metas	<u>03</u>
Objetivos	<u>04</u>
Justificativa	<u>05</u>
Metodologia	<u>06</u>
Voluntários	<u>07</u>
Orçamento	<u>07</u>
Cronograma	<u>09</u>
Divulgação	<u>10</u>
Referências	<u>11</u>
Contatos	<u>12</u>



Apresentação

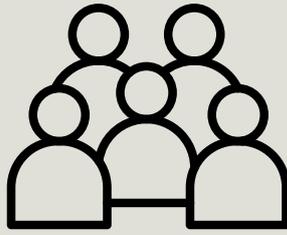
O Ministério Público tem importância relevante na defesa da cidadania, tanto que a Constituição Federal de 1988 leciona que “é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, CF/88).

Com sua atuação o Ministério Público assegura o respeito aos fundamentos da nossa República Federativa, dentre os quais se destacam a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III, da CF/88), colaborando para que esses objetivos sejam alcançados, de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, de garantia de desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, além de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação (art. 3º, CF/88).

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) conta, em sua estrutura, com o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAO CPC), que possui atribuições na temática da cidadania e que tem a missão de subsidiar as atuações dos órgãos de execução do MPPA, procuradores e promotores de justiça.

Nesse sentido, desenvolve desde 2022 o programa “MP+Cidadania”, com seus membros, servidores, estagiários e parceiros públicos e privados, que promove várias iniciativas e estratégias adotadas para promover cidadania e garantir direitos, especialmente de grupos vulnerabilizados no Estado do Pará.

O projeto busca, por meio de articulação com parceiros governamentais e não governamentais, promover atividades de cidadania em áreas urbanas ou rurais de modo que possa promover e facilitar os serviços de acesso a saúde (atendimento médico, odontológico e psicossocial), expedições de documentos, balcão de direitos (orientação jurídica) e capacitação para inserção ao mercado de trabalho, com cursos e orientações.



Público

As atividades são voltadas precipuamente para as populações dos municípios paraenses, especialmente pessoas em situação de vulnerabilidade social, tanto em áreas urbanas quanto em regiões rurais e ribeirinhas, com dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais, incluindo pessoas sem documentação, famílias de baixa renda, idosos, mulheres, crianças e adolescentes, povos originários e comunidades tradicionais.



Metas

Serão realizadas ações permanentes, voltadas precipuamente para acesso a serviços de saúde (atendimento médico, odontológico e psicossocial), expedições de documentos, balcão de direitos, capacitação para inserção ao mercado de trabalho, com cursos e orientações.



Objetivo Geral

Fortalecer a política e a estrutura institucional voltadas à defesa e proteção de grupos vulneráveis, promovendo a inserção social, a busca contínua pela igualdade e a garantia da não discriminação, em prol da dignidade do cidadão.

Objetivos Específicos

Realizar eventos para o fortalecimento das experiências exitosas e dos modelos já adotados pelo Ministério Público do Estado do Pará e por outros Ministérios Públicos, no que se refere à atuação integrada, articulada e regionalizada com os serviços seguintes: de acesso a saúde (atendimento médico, odontológico e psicossocial); expedições de documentos; balcão de direitos (orientações jurídicas); e capacitação para inserção ao mercado de trabalho, com cursos e orientações.



Justificativa

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos fundamentais, tem atuação estratégica na defesa da cidadania, devendo cada vez mais reforçar sua aproximação com a sociedade civil. Nesse contexto, ações de cidadania para populações vulnerabilizadas cumprem estratégia fundamental para o fortalecimento da atuação ministerial em todos os territórios do estado.

Ao implementar e institucionalizar práticas sistemáticas de ações de cidadania, o MPPA em conjunto com a sociedade civil e seus membros, fortalece sua capacidade de atuação preventiva, promove a participação cidadã e amplia a efetividade da construção e fiscalização das políticas públicas. Além disso, reforça sua transparência, amplia o controle social sobre suas ações e fortalece a articulação com a rede de proteção de direitos.

Portanto, justifica-se este projeto como uma iniciativa estratégica para qualificar cada vez mais a atuação do Ministério Público do Estado do Pará, aproximar a instituição das realidades locais e contribuir para a promoção de justiça social no estado do Pará.



Metodologia

Os formatos das ações serão definidos juntamente com os municípios e parceiros, contendo as seguintes fases: planejamento mediante articulação do CAO CPC e a Promotoria de Justiça local; reunião com a gestão municipal e com os parceiros; fase de execução com as expedições de documentos; e do operacional para a realização dos eventos com a oferta de serviços.

Será realizada uma ação por mês, no mínimo, em município do Estado do Pará.

A programação de cada evento contará com recepção e credenciamento, abertura, encerramento e catalogação dos resultados, a qual será publicizada em relatório final anual do CAO CPC.



Voluntários

Serão admitidos voluntários e parceiros no curso das ações. Sendo parceiros integrantes das ações Marinha do Brasil, Capitania dos Portos, Prefeituras locais, SEASTER, SEAC, SESP, SEGUP, SEMU, Receita Federal; Polícia Civil, Defensoria Pública, TJPA, TRT, MPT, Caixa Econômica Federal, INSS, PERNOH, FAEPA, SENAR, SEBRAE, Fábrica Esperança; IDESO; CREA, ANATEL, ADRA, SOAMAR e Instituto Ambient.



Orçamento

Recursos do Ministério Público e dos parceiros.



Cronograma

Ano 2025

Nº	Meta	Período de Execução	Local
01	Planejamento	Janeiro a Dezembro	Cao CPC
02	Levantamento bibliográfico	Junho a Dezembro	Cao CPC
03	Pesquisa sobre metodologia	Junho a Dezembro	Cao CPC
04	Confecção de material	Maio a Dezembro	Cao CPC
05	Realização de ação e evento	Janeiro a Dezembro	A Definir
06	Reunião de Avaliação	Julho a Dezembro	Cao CPC
07	Levantamento de dados	Junho a Dezembro	Cao CPC
08	Confecção de relatório anual	Dezembro	Cao CPC



Divulgação

Todas as ações do projeto serão divulgadas no site do MPPA (www.mppa.mp.gov.br), garantindo transparência e acesso público às informações.

Essa estratégia visa assegurar a ampla disseminação das ações e resultados do projeto, promover a participação social e fortalecer a articulação entre o Ministério Público e a sociedade civil.



Referências

ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público e política no Brasil. São Paulo: Ed. Sumaré, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. Vinte anos da Constituição brasileira de 1988: o Estado a que chegamos. Cadernos da Escola de Direito, n. 8, p. 183-225, jan./jul. 2008.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (orgs). Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAZZILLI, Hugo Nigro. “Ministério Público e cidadania”, artigo publicado na Revista Justitia, volume 194, p. 127 (São Paulo, Brasil, Editado pela Procuradoria-Geral de Justiça, abril a junho de 2001).

SADEK, Maria Tereza. Cidadania e ministério público. In SADEK, MT., org. SANCHES FILHO, AO., et al. Justiça e cidadania no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. pp. 3-22.

SADECK, Maria Tereza. O Ministério Público e a Justiça no Brasil. São Paulo: Idesp; Sumaré, 1997.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUSA, Antonio Bonifácio Rodrigues. Ética e cidadania na educação - Reflexões filosóficas e propostas de subsídios para aulas e reuniões. São Paulo: Paulus, 2010.



Contatos

 **TELEFONE: (91) 4006-3504/3605**

 **WHATSAPP: (91) 98896-3702**

 **E-MAIL: CAOCPC@MPPA.MP.BR**

 **RUA JOÃO DIOGO, N°. 100, CIDADE VELHA,
BELÉM-PARÁ, CEP.: 66015-165.**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ